

Mundos em Mudança

COORDENADORES

Lurdes de Castro Moutinho

Alberto Gómez Bautista

Helena Rebelo

Luís Pinto Salema

Maria Teresa Roberto

Paulo Osório

Rosa Lúdia Coimbra

Rosa Maria Lima

Tamara Flores Pérez



Mundos em Mudança

COORDENADORES

Lurdes de Castro Moutinho

Alberto Gómez Bautista

Helena Rebelo

Luís Pinto Salema

Maria Teresa Roberto

Paulo Osório

Rosa Lúcia Coimbra

Rosa Maria Lima

Tamara Flores Pérez

MUNDOS EM MUDANÇA

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Abdelilah Suisse | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Alberto Gómez Bautista | ISCAL/CLLC, Portugal
Amélia Polónia | Universidade do Porto/CITEM, Portugal
Ana Garrido | Universidade de Varsóvia, Polónia
Ana Margarida Ramos | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Ana Telma Monteiro de Sousa | Universidade do Estado do Pará, Brasil
Anthony Barker | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
António Andrade | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Antonio Romano | Universidade de Turim, Itália
Carlos Morais | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Chiara Simonigh | Universidade de Turim, Itália
Danuta Ewa Gabrys-Barker | Universidade de Silésia, Polónia
David Callahan | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Elisa Fernández Rei | CLLC/Univ. de Santiago de Compostela/ILG, Espanha
Elisabetta Paltrinieri | Universidade de Turim, Itália
Elisabeth Teixeira | Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
Francisco Pereira Smith Junior | IEMCI/Universidade Federal do Pará, Brasil
Gillian Moreira | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Helena Rebelo | Universidade da Madeira/CLLC, Portugal
Izabel Seara | Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jean Léo Léonard | Universidade Paul Valéry – Montpellier 3, França
João Manuel Torrão | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal

José Sena | Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil
Leonardo Marcotulio | Universidade de Aveiro/DLC, Portugal
Luís Gonçalves | Princeton University, Estados Unidos da América
Lurdes de Castro Moutinho | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Maria Manuel Baptista | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Maria Teresa Alegre | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Maria Teresa Roberto | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Mário Avelar | Universidade de Lisboa/CEAUL, Portugal
Nicola Bermingham | Universidade de Liverpool, Reino Unido
Orietta Abbati | Universidade de Turim, Itália
Otilia Martins | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Paolo Mairano, Universidade de Lille, França
Paulo Osório | Universidade da Beira Interior/CLLC, Portugal
Regina Célia Fernandes Cruz | Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil
Rosa Lídia Coimbra | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Rosa Maria Lima | ESE de Paula Frassinetti/CLLC, Portugal
Sílvia Benchimol | Universidade Federal do Pará, Bragança, Brasil
Susan de Oliveira | Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Xosé Luis Regueira | Universidade de Santiago de Compostela/ILG, Espanha
Xulio Sousa Fernández | CLLC/Univ. de Santiago de Compostela/ILG, Espanha

Coordenação: Lurdes de Castro Moutinho | Alberto Gómez Bautista | Helena Rebelo | Luís Pinto Salema
Maria Teresa Roberto | Paulo Osório | Rosa Lídia Coimbra | Rosa Maria Lima | Tamara Flores Pérez

Capa: Imagem de Juliana Gonçalves

Paginação: Pedro Panarra

© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

Edições Humus, 2023

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

1.ª edição: dezembro 2023

ISBN: 978-989-755-945-7

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

Depósito legal: 524975/23

Este evento foi financiado por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto UIDB/04188/2020

Os conteúdos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

índice

- 7 Apresentação
9 Presentation

CONFERÊNCIAS

- 13 Les vestiges d'une langue comme monument
et comme ressource de découverte
Antonio Romano
- 33 Ideoloxías lingüísticas e redes sociais en galego: Debates e usos
lingüísticos nunha lingua minorizada no contexto da globalización
Xosé Luís Regueira

COMUNICAÇÕES

- 67 A língua mirandesa na encruzilhada: uma reflexão sobre
mudança linguística e sustentabilidade
Alberto Gómez Bautista | Lurdes de Castro Moutinho
- 83 Le Supplément au Voyage de Bougainville,
une défense de l'anticolonialisme
Ana Fernandes
- 97 Viagem e mudança de aspectos prosódico-entoacionais
da fala de mulheres açorianas e brasileiras
*Beatriz Martins Rachadel | Victória Vivian Fôrmolo |
Izabel Christine Seara | Lurdes de Castro Moutinho*
- 123 Rádio pela Internet: Comunidade e pertença de ouvintes migrantes
Claudiene dos Santos Costa | Maria Érica de Oliveira Lima
- 139 A multiplicidade gráfica no CORGA: Métodos para o seu
recoñecemento automático
Eva María Domínguez Noya | María Sol López Martínez

- 163 Formação de leitores quilombolas: Uma proposta didático-pedagógica
Gabhriele Rodrigues de Oliveira | Célia Zeri de Oliveira
- 191 Feminino/ masculino/ neutro no fenómeno linguístico @
da linguagem inclusiva: a gramática do género em latim,
português e noutras línguas românicas
Helena Rebelo
- 219 A vitalidade de “amecê” no concelho de Machico (Madeira)
Jéssica Freitas Olim | Helena Rebelo
- 247 O alinhamento tonal e a variação prosódica em Minas Gerais
Leandra Batista Antunes
- 269 Production of Brazilian Portuguese intonational patterns
by russophone immigrants
*Luciana Lucente | Anna Smirnova Henriques | Pavel Skrelin |
Tatiana Kachkovskaia | Daria Guseva | Sandra Madureira*
- 287 Mudar de lugar, mudar de falar?
O que dizem os dados AMPER
Lurdes de Castro Moutinho | Rosa Lúcia Coimbra
- 301 Projeto Literatura de Mulheres: memórias, periferias
e resistências no atlântico luso-afro-brasileiro
Margarida Rendeiro | Susan de Oliveira
- 321 Formação de professores e a diversidade linguístico-cultural
da sala de aula: novo cenário
Maria Aparecida Caltabiano
- 337 “Movimentos de fuga não são viagens”: A ficção distópica
de José Eduardo Agualusa
Maria do Carmo Mendes
- 349 The automated analysis of affective facial expressions
Mario A. S. Fontes | Sandra Madureira
- 365 Oralidad y textos escritos: El caso del cómic
Noemí Pérez Pérez
- 387 Reflections on the English language teaching in Brazilian public schools
Solange Maria Sanches Gervai
- 401 Romances históricos contemporâneos, vias ao pensamento decolonial
Thiana Nunes Cella | Gilmei Francisco Fleck

Apresentação

Nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2022, realizou-se no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, Portugal, o Congresso Internacional *Mundos em Mudança*, que reuniu investigadores de diferentes áreas científicas, Literatura, Linguística e Cultura, com o objetivo de refletirem, em conjunto, sob diversas temáticas, cujo tema agregador foi *mundos em mudança*.

O evento incidiu sobre as causas subjacentes às mudanças que vão ocorrendo nas línguas, nas culturas e no mundo em geral. Este questionamento sobre o papel dessa diversidade na construção do pensamento contemporâneo, a visão do outro e a imagem que cada cultura constrói de si mesma, com os dilemas e desafios que coloca a diversidade linguística e cultural ou o seu desaparecimento, foram também objeto de análise neste encontro, já que nos devem merecer uma atenção permanente e aprofundada.

O volume inclui textos de duas conferências e de diversas comunicações orais após terem sido submetidos a uma revisão científica cega por pares. As temáticas abordadas situam-se nos domínios da Linguística, da Literatura, da Cultura ou de outras áreas relacionadas.

Presentation

On July 20, 21 and 22, the International Conference on Changing Worlds took place at the Languages, Literatures and Cultures Centre of the University of Aveiro, Portugal. It brought together researchers from different scientific areas, Literature, Linguistics and Culture, with the aim of together reflecting on several topics, whose aggregating theme is *Changing Worlds*.

The event focused on the underlying causes of the changes that are taking place in languages, in cultures and in the world in general. The debate about the role of this diversity in the construction of contemporary thought, the perspective of the other and the image that each culture constructs of itself, with the dilemmas and challenges posed by linguistic and cultural diversity or its disappearance, were also addressed in this meeting, since they deserve our permanent and in-depth attention.

The volume includes texts from two conferences and several oral communications after they were subjected to blind scientific peer review. The topics addressed are located in the domains of Linguistics, Literature, Culture or other related areas.

Feminino/ masculino/ neutro no fenómeno linguístico @ da linguagem inclusiva: a gramática do género em latim, português e noutras línguas românicas ¹

Feminine/ masculine/ neutral at the linguistic phenomena @ from the inclusive language: gender grammar in latin, portuguese, and others romance languages

HELENA REBELO*

Resumo: O Conselho Económico e Social (CES) de Portugal aprovou em 2021 um Manual para a Linguagem Inclusiva na Administração Pública. Já em 1999, 22 anos antes, a UNESCO concebia o *Guia Sobre a Linguagem Neutra* em função do sexo, evidenciando uma interdependência entre género gramatical e sexo. Outros organismos se têm manifestado a propósito de questões de Linguística e Gramática que interessam à comunidade mundial, em que qualquer pessoa parece ter opinião e posição. Há uma mudança a acontecer e ela tem vindo a manifestar-se nas línguas românicas. É o que se pretende observar, sobretudo, para o português.

Palavras-chave: sociedade-cultura; linguagem inclusiva; sexo-género; gramática; línguas românicas.

* CLLC | Universidade de Aveiro
FAH-DLLC e CIERL | Universidade da Madeira

1 O presente trabalho retoma em parte o tema “Feminino/ Masculino/ Neutro no fenómeno linguístico @: Igualdade nas Diferenças”, apresentado por convite no painel de reflexão subordinado ao tema “Linguagem inclusiva: o melhor caminho para a igualdade?”, quarta-feira, 23-03-2022, 11:00, sala 21, na Universidade da Madeira, com a organização de Cristina Santos Pinheiro e Dora Isabel Fialho Pereira.

Abstract: The Economic and Social Council of Portugal approved in 2021 a handbook about Inclusive Language at the Public Administration. In 1999, mostly 22 years before, UNESCO prepared a *Guidelines for Neutral Language* reporting to sex, explaining the grammatical intersection between gender and sex. Some other institutions had given their point of view about Linguistics and Grammatical issues that interest the international community, because anyone seems to have something to say about this subject and a personal position. A changing is happening, and it is evident in the Romance Languages. This is what we want to observe specially for the Portuguese.

Keywords: society-culture; inclusive language; sex-gender; grammar; romance languages.

Considerações introdutórias

Nas línguas românicas, considerando em específico o italiano, o francês, o castelhano e o português, pela Gramática, faz-se a distinção de género com duas possibilidades: feminino/ masculino, excluindo um o outro, o que faz com que nunca possam coincidir. Mesmo quando é uniforme (ex.: *docente, estudante, utente*), relaciona-se sempre com uma das duas possibilidades. Ao empregar uma, em situação de uso, a outra não é tida em conta, o que faz com que o elemento linguístico classificado gramaticalmente como masculino não será feminino e o feminino não será masculino (ex.: *a docente/ o docente, a estudante/ o estudante, a utente/ o utente*). É uma evidência e um dos primeiros exercícios gramaticais mais difíceis, quando se aprende uma das línguas românicas, passando de uma para outra, por exemplo, pela tradução. Ao iniciar a aprendizagem de uma língua, mesmo sendo românica, compreende-se que as questões de género (critério gramatical) são arbitrarias e vão variar de língua para língua. Muitos dos elementos nem sexo têm, mas possuem género, corroborado, nomeadamente, pelos determinantes como os artigos. Porque o género é uma categoria importante para as línguas que derivaram do latim, acontece assim. Para o português, o artigo “o” representa o género masculino e o “a” o feminino: *o chapéu, a bengala, o apagamento, a criatividade, a bondade, o medo, o passeio, a rua, o lagarto, a lagartixa, a mesa, o banco*, etc. Na maior parte dos casos, o vocabulário masculino termina com “-o” e o feminino com “-a”. Embora nem sempre seja assim (“chapéu”, “criatividade”, “bondade”), geralmente, o segmento “-o” equivale a masculino e o “-a” é entendido como feminino. O género gramatical associado

às pessoas, quando são nomeadas, varia em função do sexo e isso tem reflexos linguísticos, interligando-se, neste caso sexo e gênero. Esta relação vai ter implicações (linguísticas-não linguísticas) e está a levar a alterações nas comunidades de falantes, sobretudo no conjunto de países com línguas românicas, mas não exclusivamente, verificando-se que o debate da linguagem inclusiva está a acontecer na Alemanha e em Inglaterra e em várias outras latitudes.

No final do século XX e no princípio do XXI, uma diversidade de questões de identidade individual estão a revolucionar toda a dinâmica da gramática ancestral das línguas, em particular das românicas. Há uma viva oposição à visão classificada como binária entre a dualidade feminino/ masculino, renegando-a para defender o uso do neutro. Na Internet, na escrita das redes sociais, em que qualquer pessoa pode emitir opinião, foi-se assistindo ao fenómeno linguístico de substituição de “o” e “a” nas várias línguas românicas por @², considerado elemento representativo do que se está a designar como “linguagem inclusiva”. O assunto é linguístico e gramatical, sendo também cultural e social. Suscita muita problemática e cada pessoa tem uma opinião (cf. observar, por exemplo, a grande quantidade de páginas nos motores de busca na Internet).

O propósito é “pensar sobre”: aceitando as opiniões de todos e apresentar reflexão própria porque, se o problema é social e cultural, ele tem reflexos linguísticos e consequências gramaticais. Pela observação linguística que se vai fazendo, verifica-se que as línguas são elásticas e não têm limitações (ex.: neologismos como “empoderamento” e outras formulações, nas quais se inseriria “car@ amig@”). Uma das reflexões que se tem aprofundado é que “linguagem inclusiva” e “linguagem neutra” não são o mesmo, embora apareçam associadas. Com o qualificativo “inclusiva”, pressupõe-se, à partida, uma motivação feminista, com a “adição” do feminino a uma vertente masculina da linguagem. Ao juntar “neutra” a “linguagem”, verifica-se que se pretende “apagar” qualquer referência do gênero gramatical, na função referencial ao sexo. O feminino desaparece ao mesmo tempo que o masculino. É para a anulação do feminino/ masculino que surge o recurso a @, entre outras soluções. Pretende substituir as marcas gramaticais “a + -a” / “o + -o”. O discurso feminista combate o predomínio do masculino. O discurso dos defensores do neutro anula o

2 Houve quem usasse outros símbolos, como, por exemplo, uma estrela. Aqui, a opção foi considerar o arroba (@) bastante divulgado, ultrapassando o plano das redes sociais na Internet para figurar em algum correio oficial nas empresas, como nas universidades, nomeadamente nos “e-mails”, na indicação: “Car@ coleg@” em substituição de “Caro Colega e Cara Colega”/ “Caro(a) Colega”/ “Caros Colegas”. Linguisticamente, nas línguas com “-o / -a”, foi surgindo o “-e” para substituir as anteriores marcas binárias de gênero. A proposta é controversa porque o segmento “-e” existe em algum vocabulário, como sucede com o uniforme.

feminino tanto quanto o masculino. São duas correntes distintas e não equivalem ao mesmo, não devendo confundir-se. Isso é observável em documentação internacional e nacional. Aqui, pretende-se dar conta da dualidade de pontos de vista e observar tanto alguma documentação existente como o reflexo da legislação destas duas correntes na sociedade. A tendência do apagamento do binário ainda não chegou às ofertas de emprego pelas empresas, onde continua a discriminação camuflada pela não discriminação das mulheres, o que a legislação tem procurado combater.

1. Muita legislação, dois documentos

No sentido de analisar a mudança linguística e de mentalidades em curso e na sequência de trabalhos anteriores ligados à Linguagem da Sexualidade, propõe-se desenvolver uma reflexão sobre a *Linguagem Inclusiva*, a partir de informações veiculadas na Internet, através dos motores de busca disponíveis. Pretende-se confrontar esses dados com as posições veiculadas num manual do Conselho Económico e Social (CES) e nas recomendações da UNESCO, com a finalidade de tirar algumas ilações que talvez possam auxiliar na revisão do sistema e da estrutura da língua portuguesa, uma vez que estão a acontecer na Sociedade e na Cultura contemporâneas.

Quando se defende a “igualdade de género”, o que se pressupõe é que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, sobretudo a nível social e cultural, não podendo haver discriminação. Muitos têm sido os documentos legais para proteger os direitos das mulheres, numa sociedade ocidental ainda muito dominada pelos homens. Nesta luta cultural, foram surgindo outros grupos que pretendem também alcançar direitos, como o procuram fazer as mulheres. Enumeram-se alguns documentos legislativos para ter a noção da dimensão destas questões ao longo de décadas, com uma intensificação nos últimos anos: 1990- Conselho da Europa: Recomendação aos Estados-Membros (REC, 90, 4); 1999- UNESCO: Guia sobre Linguagem Neutra em Função do Sexo; 2006- linguagem não discriminatória: Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006; 2007- Conselho da Europa: Recomendação sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género (REC, 2007, 17); 2017- em conformidade a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º107/2017; 2018- Lei n.º 4/2018: regime jurídico da avaliação de impacto de género de atos normativos; 2018- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não

Discriminação 2018-2030, ENIND, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018; 2018- revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018; 2019- Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o sexismo (REC, 2019, 1); 2019- Conselho de Ministros n.º 21/2019; 2019- Lei n.º 45/2019; 2019- Decreto-Lei no 169-B/2019; 2020- Instituto Nacional para a Reabilitação (2020), Manual Saúde e Atividades Diárias - Medidas Gerais de prevenção e Controlo da Covid 19 para Pessoas com Deficiência (Capítulo 7, Glossário); 2021- Manual de Linguagem Inclusiva (aprovado em Plenário do CES de 20/05/2021), Portugal, Conselho Económico e Social. A lista seria bem mais longa porque a temática da “igualdade de género”, da “linguagem inclusiva” e da “linguagem neutra” estão na ordem do dia. É, no entanto, a defesa do direito das mulheres que motiva a grande maioria. Isso acontece em especial a nível internacional. Vejam-se, por exemplo, da ONU, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e, do Conselho da Europa, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

Para focar a atenção nas duas dimensões registadas, ou seja, por um lado, a linguagem inclusiva (com feminino e masculino) e, por outro, a linguagem neutra (sem feminino e masculino), propõe-se, para o efeito, uma leitura do *Guidelines on gender-neutral language*³ (doravante *Guidelines*) de 1999, promovido pela UNESCO, e do *Manual de Linguagem Inclusiva*⁴ (doravante *Manual*) de 2021, produzido pelo Conselho Económico e Social de Portugal. A leitura da publicação de 1999 veicula a informação de que foi redigido em 1987 e o propósito era a defesa de uma linguagem não sexista: «Claude Navarro (...) a conçü avec Janet Doolaege la première édition du guide «Pour un langage non-sexiste» en 1987.» No documento, registam-se dados para a defesa de uma linguagem inclusiva “com feminino” para a defesa das mulheres. Veja-se a seguinte citação de um excerto da introdução:

UNESCO is committed to justice and to the avoidance of discrimination in all its fields of competence, notably in the area of education. Despite the existence of all the necessary legal instruments to enforce these principles, the majority of women and girls are still not benefiting from the educational programmes that do exist. The reasons for this are varied and complex. The fact is that women and girls cannot claim their equal rights as long as the economic, political, social, and cultural

3 Parallel title: *Pour l'égalité des sexes dans le langage*, Corporate author: UNESCO [62954], Person as author: Pavlic, Breda [editor], 1999.

4 Aprovado em Plenário do CES de 20/05/2021). Portugal. Conselho Económico e Social.

environments they live in are exclusionist. Concerned with the persistent discrepancy between internationally accepted norms of equality and the actual living conditions of women, UNESCO seeks to transform behaviour and attitudes that legitimize and perpetuate the moral and social exclusion of women.

Esta vertente em defesa de uma linguagem inclusiva “com feminino” para a defesa das mulheres vai surgindo ao longo do *Guidelines*. A discriminação estará em grande parte na linguagem, nas palavras usadas. As palavras são mesmo uma poderosa arma/ uma ferramenta (power tool) para combater, na luta das desigualdades sociais (Language is a powerful tool). A explicação da importância das palavras para a afirmação da igualdade – a não inferioridade das mulheres – nota-se, por exemplo, no excerto abaixo:

This development indicated a growing awareness that language does not merely reflect the way we think: it also shapes our thinking. If words and expressions that imply that women are inferior to men are constantly used, that assumption of inferiority tends to become part of our mindset. Hence the need to adjust our language when our ideas evolve. Language is a powerful tool: poets and propagandists know this - as, indeed, do victims of discrimination.

São apresentadas algumas alternativas e vários comentários. A corrente expressão “man and wife” (marido e mulher) poderia passar a “husband and wife” (esposo e esposa) ou trocar a ordem porque o primeiro lugar de uma expressão é relevante: “wife and husband” (esposa e esposo). Uma das propostas nos exemplos do *Guidelines* visa neutralizar para acabar com a ambiguidade. Os diversos exemplos em inglês⁵ revelam bem que todas as línguas passam pelo mesmo processo. Em 1999, já se combatiam “estereótipos” veiculados pela linguagem corrente como no exemplo 2 (“he helps her with housework” - esta formulação também se regista nas línguas românicas; aliás, culturalmente, são as próprias mulheres a usá-la recorrentemente em frases como “ajuda-me a estender a roupa”: a mulher vai “pedir ajuda” ao marido para um trabalho de casa que deveria ser de ambos) e no exemplo 8 (o médico e a enfermeira - a diferença

5 Vejam-se, por exemplo:

“businessman -> business manager, executive, head of firm, agent, representative, business traveller; (pl.) business community, business people -> The appropriate term will depend on the context. salesman/girl -> shop assistant, sales assistant, shop worker; (pl.) sales staff.

The teacher is usually appointed on the basis of his training. -> Teachers are usually appointed on the basis of their training. -> Changed to plural”.

apresenta uma distinção profissional socialmente frequente; em português, já se faz a distinção a nível linguístico, continuando, contudo, a diferença a nível social, ao haver, por exemplo, mais enfermeiras do que enfermeiros):

2. John and Mary both have full-time jobs; he helps her with the housework. -> . . . they share the housework. ->The example quoted implies that housework is a duty for a woman, optional for a man. The alternative is still comprehensive enough to designate a traditional situation, since it does not imply that they necessarily share equally. Whether they do can be made clear by the context.

(...)

8. Woman doctor, male nurse -> Doctor, nurse ->Specify sex if sex indication is relevant to the context.

Por um lado, a vontade de neutralizar é realçada pela desvalorização das marcas linguísticas para evidenciar o feminino (cf. ponto 19 do *Guidelines*): “19. Authoress ->Author -> Avoid -ess wherever possible. It is often pejorative or perceived as such./ Poetess -> poet/ Steward/stewardess -> flight attendant; (pl.) cabin crew”. Vendo bem, em português, faz-se a distinção entre “escritora/ escritor”, mas tem-se registado uma certa tendência para isso não acontecer com “a poetisa” que é, provavelmente, menos usado para as mulheres que escrevem poesia, ao serem designadas por “poetas” como os homens. A expressão “pessoal de cabine” tem-se generalizado. Por outro lado, a par da tendência para o neutro, realça a importância de marcar o feminino, como nos títulos e nas formas de tratamento (Titles and forms of address): “3. Chairman -> Chairperson, chair, president, presiding officer. -> When addressing the individual: Madam Chairperson, Mr Chairperson. -> When new bodies are set up or rules of procedure, etc. of existing bodies are updated, chairperson, chair or president should be used in place of chairman.” Convirá referir que a nível académico é difícil ultrapassar o masculino, sempre que uma mulher ocupa um cargo. Mesmo na indicação às categorias académicas, estas vêm constantemente referidas no masculino (ex.: professor auxiliar, na regulamentação oficial, não ganha o feminino: professora auxiliar). No ponto intitulado “THE ADVANCEMENT OF WOMEN AND WOMEN’S RIGHTS: DEFINITION OF SOME CONCEPTS”, são apresentados conceitos para a defesa dos direitos das mulheres, na sua afirmação e no reconhecimento de que mulheres e homens são biologicamente diferentes, mas deveriam ter as mesmas oportunidades e ser tratados em equidade, ganhando elas poder. Alguns dos conceitos evidenciam a necessidade de reforçar o papel das mulheres, como “EMPOWERMENT OF WOMEN”, com o verbo “empoderar” que tem surgido em português (empoderamento das

mulheres), “EQUITY” (Equity programmes favour treating women and men differently in order to achieve the equal status of women and men.), “GENDER” (Biological differences between women and men do not change. But the social role that they are required to play varies from one society to another and at different periods in history.), “GENDER EQUALITY” (Gender equality means an equal visibility, empowerment and participation of both sexes in all spheres of public and private life. (...) Gender equality does not mean that men and women become the same, but that their opportunities and life chances are equal.).

A vertente da linguagem inclusiva “com feminino” e realce da importância das mulheres também é evidenciada neste *Guia*, na parte em francês, que apresenta diversas observações sobre a linguagem com exemplos para “solutions aux différents problèmes qui peuvent se poser” pelas “Formes de langage courantes”. As “formas duplas” surgem para ultrapassar o uso do masculino singular e assinalar a presença feminina na linguagem:

- a) Ne pas occulter l'un des deux sexes (s'agissant de personnes indéterminées) -> le candidat... il -> le candidat ou la candidate, le ou la candidat(e), le candidat/ la candidate... il ou elle, il/elle -> Ne pas abuser de ces formules doubles. Indiquer éventuellement dans une note que le masculin se réfère aussi aux candidates.
- b) Féminiser les noms de fonction ou d'agent (s'agissant de personnes déterminées) (en parlant d'une femme) -> l'acheteur -> l'acheteuse
l'administrateur -> l'administratrice

Apesar de defender a afirmação do feminino, também apresenta exemplos para a linguagem neutra (sem feminino ou masculino): «gender-neutral (textes généraux): non sexiste, sans distinction de sexe, sans a priori sexuel./ _____ . (textes spécialisés): indépendant du genre.»

Em síntese, no *Guidelines*, de 1999, promovido pela UNESCO, há tanto a vertente linguística que realça o feminino, como a que a anula, através da neutralização. Junta os dois pontos de vista. O mesmo sucede com o *Manual* de 2021, sobre a linguagem inclusiva, do Conselho Económico e Social, que começa por citar, como fonte, a obra *Guidelines*:

Em 1999, a UNESCO editou um Guia sobre Linguagem Neutra em Função do Sexo, sublinhando que: A linguagem não reflete apenas o modo como pensamos: também forma o nosso pensamento. Se palavras e expressões que pressupõem que as mulheres são inferiores aos homens são reiteradamente usadas, o assumir desta inferioridade tende a tornar-se parte da nossa mentalidade.

Linguisticamente, o *Manual* apresenta “Glossários temáticos (Anexo 2)” e emprega a expressão binária “mulheres e homens”, que surge, por exemplo, nos capítulos “Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens”, “A especificação de ambos os sexos”. Também sublinha a tendência de neutralizar, como no capítulo “Neutralização ou abstração da referência sexual”. Num outro capítulo, reporta-se expressamente à “Linguagem Inclusiva: referência a situações específicas”.

A tendência binária surge em expressões do preâmbulo, como: “igual visibilidade e simetria de mulheres e homens”; “os contributos de conselheiras e conselheiros do CES”; “boas práticas que contribuam para o uso da linguagem inclusiva, enquanto reconhecimento quotidiano da igual dignidade e da igual visibilidade das mulheres e dos homens”; “fundamentação quanto à relevância de uma linguagem que inclua tanto mulheres como homens”.

Também no preâmbulo, o *Manual* refere, concretamente, através de citação, a Gramática e, especificamente, a gramática da língua portuguesa, identificando, inclusive, a obra de Celso Cunha e Lindley Cintra:

- “A gramática portuguesa – como sublinham os mesmos autores [Cunha e Cintra] – oferece-nos um “rico repertório de possibilidades” (*ibidem*). É, pois, a partir das alternativas que a língua portuguesa nos oferece que são aqui apresentadas sugestões de uma comunicação institucional sensível à igual simetria e visibilidade de mulheres e homens e à inclusão de todas as pessoas, independentemente das suas circunstâncias específicas.
- verifica-se “a necessidade de adequar as práticas linguísticas à situação histórica e cultural portuguesa de hoje e às normas que regem atualmente a promoção da igualdade entre homens e mulheres, e aperfeiçoar o nosso modo de usar a língua, com a gramática que temos, mas usando-a também como uma estratégia para a igualdade” (CITE, 2003, p. 252)

A problemática situa-se, essencialmente, no modo de ultrapassar o chamado “falso neutro”, ou seja, pretende “alternativas ao uso do universal masculino” para que haja uma linguagem inclusiva (com feminino e masculino). Contudo, as propostas são diversas e chegam ao ponto do apagamento do feminino e do masculino, enquanto referências ao sexo, para equacionar as questões de género com o sexo (con)fundido. Assim, consideram os dois pontos de vista: “utilizar as formas feminina e masculina ou neutra das designações” – para marcar a igualdade. Observem-se as seguintes citações (sublinhados nossos):

Este Guia, por sua vez, apoiou-se no trabalho prévio que congregou várias peritas na elaboração de um Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens (CITE, 2003, capítulo sobre Linguagem). Reproduzimos parte da fundamentação quanto à relevância de uma linguagem que inclua tanto mulheres como homens:

Contraposta à capacidade de referência meramente específica do feminino, a dupla função – genérica e específica – dos termos que se referem aos homens, constitui um importante mecanismo de reforço de um modelo em que o homem se torna a medida do humano, a norma ou o ponto de referência (o cidadão, o requerente, os funcionários, o diretor, os trabalhadores...). Subsumidas na referência linguística aos homens, as mulheres tornam-se praticamente invisíveis na linguagem e, quando visíveis, continuam marcadas por uma assimetria que as encerra numa especificidade, uma “diferença” natural (o sexo), numa “humanidade” de um outro tipo. Quando considerado a um nível sociocognitivo este sistema de género é assim o modelo, inscrito na língua, de uma categorização, que, com base em critérios biológicos, exclui as fêmeas humanas da humanidade, isto é, do humano geral. (...) A questão central é a substituição do masculino genérico ou, na designação de Maria Isabel Barreno, o ‘falso neutro’ - por formas não discriminatórias que respeitem o direito de homens e mulheres à representação linguística da sua identidade e impliquem o reconhecimento de que nenhum dos dois sexos tem o exclusivo da representação geral da humanidade ou da cidadania.” (Abranches, 2009, pp. 12- 13)

e

Em 2019 a Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o sexismo (REC, 2019, 1) reitera o papel da linguagem inclusiva na garantia da igualdade entre mulheres e homens, referindo a importância de utilizar as formas feminina e masculina ou neutra das designações e de usar a forma feminina e masculina ou neutra quando nos dirigimos a um grupo, bem como, a título de boa prática, a preparação de manuais de utilização de linguagem e comunicação, para uso na administração pública e seus documentos, que sejam não sexistas e não perpetuem estereótipos, ou seja, preconceitos profundamente enraizados sobre papéis sociais de homens e de mulheres, que limitam a liberdade individual, designadamente em matéria de escolhas profissionais e de progressão nas carreiras, e que impedem a concretização da igualdade de facto entre mulheres e homens.

Por conseguinte, o *Manual*, comprovadamente, também propõe as duas alternativas: 1) linguagem neutra com um único nome e 2) a referência a ambos os sexos. Alternando entre as duas como se comprova abaixo com duas citações:

2. Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens

Esta secção do Manual apresenta sugestões que permitem evitar o uso do masculino universal, estruturando-se em torno de duas alternativas:

O uso da linguagem neutra: procura utilizar um nome comum que não aluda ao sexo. Por exemplo, a pessoa que se candidata ou a pessoa candidata.

A especificação explícita do sexo: procura fazer referência a ambos os sexos. Por exemplo, a candidata e o candidato.

Relativamente à linguagem neutra, é acrescentado que a discriminação ultrapassa o parâmetro “sexo”, envolvendo “raça”, “etnia”, “nacionalidade”, “idade”, “deficiência” e “religião”:

3. Linguagem Inclusiva: referência a situações específicas

Os estereótipos que estão na base da discriminação em razão do sexo cruzam-se com outros estereótipos que sustentam outros fatores de discriminação como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência e a religião. Esta interseção revela como as experiências de discriminação não podem ser assumidas como homogêneas, exigindo a capacidade de construir respostas que atendam a necessidades determinadas por situações específicas.

Em linha com as boas práticas linguísticas de inclusão, importa dissociar a pessoa/ser humano da situação específica que se pretende descrever. A título ilustrativo, não é a pessoa que é deficiente, pelo que não é a pessoa que se qualifica, mas sim a situação de deficiência que pode limitar ou “impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade”

A linguagem neutra (sem feminino ou masculino) é explicitada e exemplificada, rejeitando alguns plurais masculinos, como é visível no “Quadro 1. Neutralização através do nome coletivo, sobrecomum ou comum de dois”, no qual se fazem propostas de “em vez de”, sugerem: “Os imigrantes -> As pessoas imigrantes; comunidades imigrantes”, “Os jovens -> Juventude; a população jovem; as pessoas jovens”, “Os idosos -> A população idosa; as pessoas idosas”, “Médicos, Enfermeiros, etc. -> Profissionais de saúde; pessoal de enfermagem; profissionais de enfermagem; pessoal médico”, “Professores -> O corpo docente; docentes”, “Eleitores -> O eleitorado”, “Alunos -> Discentes”, “Direitos do Homem -> Direitos Humanos”.

Continuando com a linguagem neutra (sem feminino ou masculino), no “Quadro 2. Outras alternativas (alguns exemplos)”, em vez de, sugerem: “O candidato deve enviar o formulário de candidatura até dia x -> O formulário de candidatura deve ser enviado até dia x”, “O requerente pode consultar as instruções na plataforma x -> As instruções sobre o requerimento podem ser consultadas na plataforma x”, “Os subscritores da petição -> Petição subscrita por”, “Nascido em -> Local de nascimento”, “Filho de -> Filiação”.

De seguida, regressa à linguagem inclusiva (com feminino e masculino), como em “2.2. A especificação de ambos os sexos”, no “Quadro 3. Utilização de formas duplas” em que em vez de é sugerido outro uso: “Os alunos -> As alunas e os alunos”, “Os estudantes -> As e os estudantes”, “Os pais -> O pai e a mãe”, “Os reformados -> Os reformados e as reformadas”. Este alongamento da expressão com as formas duplas não é funcional. Até que ponto será aplicável, na prática, o recurso a estas “formas duplas”?

Alternando exemplos de linguagem inclusiva (com feminino e masculino) e de linguagem neutra (sem feminino ou masculino), estes últimos reaparecem no “Quadro 4. Exemplos de Linguagem Inclusiva aplicada a situações específicas”, em que “inclusiva” é associada a “neutra”, exemplificando casos de substituição linguística com “em vez de -> sugere-se”: “Deficiente, Portador de deficiência -> Pessoa com deficiência”, “Deficiente motor -> Pessoa com deficiência motora, Pessoa com mobilidade reduzida”, “Velhos -> Pessoas idosas; seniores”, “Raça cigana -> Comunidades ciganas / pessoas ciganas”, “Sem-abrigo -> Pessoa em situação de sem abrigo”, “Fazer referência a pessoas de um continente (quando o objetivo não é esse) -> Fazer referência às pessoas do(s) país(es) específico(s) que se pretenda mencionar”.

De seguida, volta à linguagem inclusiva “com feminino” e à defesa das formas duplas:

Quanto à utilização de formas duplas que referenciam explicitamente ambos os sexos, sugere-se ainda que a ordem seja alterada ao longo do documento de trabalho. Exemplo:

os trabalhadores e as trabalhadoras.

as trabalhadoras e os trabalhadores.

Sempre que se verificar a aplicação de adjetivo(s) no recurso a formas duplas, sugere-se a respetiva concordância com o substantivo mais próximo (Cunha e Cintra, 1984, p. 274; Abranches, 2009, p. 19).

Exemplo:

As e os pensionistas abrangidos.

Os e as pensionistas abrangidas.

A utilização de barras pode ser uma opção quando os substantivos têm a mesma forma no feminino e no masculino (substantivos comuns aos dois). Por exemplo:

A/O utente.

O/A estudante.

A/O jovem.

O/A requerente.

(...)

O uso de parênteses deve ser evitado na referência a ambos os sexos, pois, tal como referido por Cunha e Cintra (1984, p. 660), a sua utilização serve para intercalar uma indicação acessória num texto. Neste sentido, pode sugerir a secundarização do determinante entre parênteses (Abranches, 2009, p. 21). O mesmo raciocínio não se aplica às palavras no plural, como por exemplo:

A/O(s) utente(s) O/A(s) titular(es)

As várias soluções encontradas e registadas, no *Guidelines* e no *Manuel*, merecem observação na sua aplicação quotidiana. Pela observação linguística de usos quotidianos em diversas línguas, ninguém, podendo encurtar, alonga a expressão com a forma feminina e a masculina. Os parêntesis para colocar a marca do feminino (-a) também não têm servido porque há mulheres que consideram que ficam sempre em posição de inferioridade. Como se chegou a este ponto linguístico, colocando em causa a gramática por razões sociais e culturais? Vários têm sido os estudos dedicados a questões de género/ sexo observados sob diversos ângulos (cf., por exemplo: Rebelo, 2000; Yaguello, 2000; Carvalho, 1999; Gallardo Barbarroja, 1999; Magalhães, 1995, ou Rossi, 1978). Em todas as línguas (o inglês, como se comprovou, também), em particular nas românicas, o género gramatical parece colocar a mesma problemática.

2. A gramática do género em latim, português e noutras línguas românicas

A temática do “género” ultrapassa a Gramática, mas é inquestionável que é igualmente desse âmbito e da área da Linguística. Por exemplo, em português, “medo” é masculino (“o medo”), como em castelhano (“el miedo”), e, em francês, é feminino (“la peur”), como em italiano (“la paura”), havendo proximidade entre as duas línguas ibéricas e as restantes duas. Os nomes, os substantivos, designam

coisas, ideias, seres, isto é, todas as realidades existentes, inventadas ou por criar no mundo empírico, físico e metafísico. Todos os nomes terão género gramatical. Depois, há casos que vão variar em função de diversos contextos. Em português, a título exemplificativo, uma palavra como “bebé” poderá ser ou feminina (“a bebé”) ou masculina (“o bebé”) em função do sexo da criança, mas, enquanto não se conhecer, usa-se o masculino. É uma convenção linguística. A problemática do binómio género-sexo ou o inverso sexo-género demonstra bem o quanto quem estuda linguística não se pode abstrair da realidade representada pelas línguas. Os dicionários são instrumentos que permitem observar a evidência.

Jean Dubois, no *Dictionnaire de Linguistique*, tem uma entrada para “genre”⁶ e desenvolve o assunto, reportando-se, essencialmente, ao caso da língua francesa. Em qualquer dicionário de francês, a entrada existirá. Por exemplo no *Dictionnaire du Français Contemporain - Spécial Enseignement* da Larousse (s/d) surge a seguinte definição na entrada 3 para “genre”:

Caractéristique grammaticale d’un substantif (de ses déterminants ou de ses qualificatifs) par laquelle celui-ci se trouve placé dans la classe des masculins ou dans celle des féminins. (Cette répartition correspond à un sexe différencié [noms d’êtres animés] ou à un classement arbitraire, le plus souvent en rapport avec la terminaison ou le suffixe [noms d’êtres inanimés].) [V. FÉMININ.]

A consulta da entrada 2 de “féminin” inclui uma tabela com várias indicações sobre formas de feminino. Na entrada 1, vem a ligação entre género e sexo evidenciada, logo de início, com a explicação “Propre à la femme”. No final, há mesmo duas palavras da mesma família “féminisme” e “féministe”, este com a definição “Partisan d’une doctrine visant à donner à la femme les mêmes droits qu’à l’homme.”

Para o castelhano, abra-se, por exemplo, o *Diccionario del Estudiante. Secundaria y Bachillerato* da Real Academia Española (2016) e, na entrada “género”

6 Ver 1973, p. 230: «À cette catégorisation relevant de propriétés formelles (genre grammatical) est associée le plus souvent une catégorie sémantique (genre naturel) relevant d’une représentation des objets du monde par leurs propriétés spécifiques. Les classifications les plus constamment associées sont: (1) l’opposition entre les personnes et les objets (animés et non-animés), les non-animés étant neutres relativement à la distinction de genre masculin / féminin; en français cette classification apparaît dans la distinction entre *qui? que? quoi?*; (2) l’opposition de sexe à l’intérieur des animés entre mâle et femelle. Ainsi, on peut avoir des animés mâles (*masculins*), des animés femelles (*féminins*), des non-animés (*neutres*).» e «En français, le genre naturel (*mâle / femelle*) et le genre grammatical (masculin / féminin) sont le plus souvent associés (mais non constamment) quand il s’agit de personnes; ils le sont moins systématiquement quand il s’agit d’animaux; quant aux noms non-animés, ils sont répartis en masculins et féminins selon leurs propriétés formelles inhérentes».

encontram-se explicações lineares, sem grandes desenvolvimentos. Veja-se o sentido 7 “Gram. Accidente gramatical de un nombre o pronombre por el cual han de tomar una forma en -o o una forma en -a los adjetivos de dos terminaciones que a ellos se refieran. *El atributo ha de concordar con el sujeto en género y número.*”

A consulta do dicionário de italiano *Bi Dizionario Italiano Linguistico e Grammaticale Pittano*, da Gulliver Libri das Edizione Calderini (1995), na entrada “genere (dei nomi)” a explicação problematiza o assunto, colocando, inclusive, uma questão:

I nomi di cose si dividono anch'essi in **maschili** (*albero, sasso, monte*) e **femminili** (*pianta, pietra, montagna*), senza alcun riferimento di sesso.

Ma allora, come si fa a capire se *mano, cenere, gru, problema, sport, crisi* sono maschili o femminili?

Non esistono, purtroppo, regole o norme precise per distinguere i nomi di cosa maschili da quelli femminili. Solo la pratica e il vocabolario potranno aiutarci a distinguere il genere di tali nomi.

Depois da definição, como para a entrada do dicionário francês citado, são apresentadas orientações gramaticais para a identificação, através das terminações, do género gramatical. No final, há um bloco informativo com o subtítulo “il sesso delle parole”. O comentário explicativo é interessante, envolvendo, novamente, perguntas de fundo. Citam-se excertos (sublinhados nossos):

Grammatici, filologi, linguisti, psicologi e storici non hanno ancora risolto il difficile problema del sesso delle parole. (...)

Come è nata, allora, la distinzione tra parole maschili e femminili? Inizialmente il genere corrispondeva, forse, alla distinzione biologica del sesso degli esseri rappresentati dalla parola; per questo esistevano nelle lingue antiche tre generi: il maschile per indicare le persone e gli animali di sesso maschile; il femminile per le persone e gli animali di sesso femminile; il neutro (dal latino *ne-uter* = né l'uno né l'altro) per indicare le cose. A poco a poco, il neutro, per il suo carattere indefinito, si affievolì e scomparve in quasi tutte le lingue moderne e le parole assunsero, senza alcuna regola, la desinenza maschile o femminile, acquistando così un genere grammaticale che non avevano mai avuto e che fisiologicamente non hanno. Che la divisione sia irrazionale lo dimostra il fatto che una parola come *mare* è maschile in italiano, femminile in francese, neutro in latino e in tedesco. L'inglese ha radicalmente risolto la questione abolendo il genere che rimane vivo solo nei pronomi personali: he (= egli), *she* (= ella), *it* (= esso, ciò).

Il genere grammaticale è dunque una convenzione che non ha nulla a che vedere col genere fisiologico, ad eccezione degli esseri animati. Non sempre, però: *la recluta*, ad esempio, è femminile pur riferendosi a uomo; *il soprano* è maschile pur riferendosi a donna.

Para compreender um pouco a dinâmica evolutiva do latim para as línguas românicas, a nível do género, consulte-se, por exemplo, a *Linguística Românica* de Heinrich Lausberg (1963), em que no capítulo dedicado à Morfologia dos substantivos (pp. 245-295), é abordada a evolução do feminino, do masculino e do neutro latinos. Em algumas línguas românicas, há um ou outro elemento linguístico a lembrar o neutro, mesmo se predomina a oposição feminino/ masculino. No português, na classe dos pronomes, a par do masculino “este”, há o feminino “esta” e o neutro – gramaticalmente masculino – “isto” para aquilo que se coisifica e não se sabe bem o que é. Acontece também no francês, com, por exemplo, o masculino “celui-ci”, o feminino “celle-ci” e um neutro “ceci”. Na Gramática das línguas românicas, o género e o número são dois parâmetros fundamentais e a anulação do género apenas sucede quando, pela função referencial, se remete para um indivíduo. Se uma pessoa não quer ser identificada nem com o masculino, nem com o feminino, o problema coloca-se a nível referencial e é aí, nesse caso, que a linguagem neutra é necessária para não discriminar aquela pessoa. Portanto, situando-se no âmbito individual, não se deveria generalizar. Contudo, como proceder? Serve o segmento @ para identificar homens e mulheres? No plano fonético, que pronúncia tem? Como se articula “car@s amig@s”? É, claramente, um fenómeno da escrita na Internet, sendo um elemento gráfico usado nos endereços da Internet. Ao procurar o significado de @, ou seja, “arroba”, fica-se a saber que equivale à preposição latina “ad”. Esta preposição representada assim como sobreposição de abreviatura foi muito empregue na Idade Média, sendo uma variante de “ad” para poupar espaço. A sobreposição das duas letras, “a + d” não corresponde a “a + o” que se poderia interpretar em “car@s amig@s”, ou seja, “caroas amigos”.

O português – como o castelhano, o francês, o italiano, entre outras línguas – é uma língua riquíssima, flexiva, maleável e permeável que oferece inúmeras possibilidades, mas é preciso conhecê-la e aprendê-la. Os recursos que apresenta são muitíssimos. Por exemplo, em português, as questões gramaticais de género e de número são extremamente interessantes, embora pareçam básicas e elementares à maioria da população. O que são e o que representam os géneros gramaticais feminino e masculino, na língua portuguesa contemporânea? De onde provêm? Existe o género gramatical neutro? O que significa? O singular e o plural

enquanto classificações gramaticais correspondem a quê? Quando se combinam as categorias de género e de número, o que se pretende? Quem nunca sentiu estranheza ao dizer “os meus avós” para indicar “o avô paterno e o materno” e “a avó paterna e a materna”? O mesmo se passa com o masculino plural “os meus pais” para fazer referência “ao pai e à mãe”. Quando, numa escola, se quer fazer referência, por exemplo, à mãe (continua a ser a pessoa mais convocada pela escola, e aqui, na prática, é que se revela a desigualdade) para cada uma das crianças, surge sistematicamente a dúvida se se deve empregar o singular (cada criança tem uma mãe) ou o plural (todas as mães, de todas as crianças). Qual é a expressão mais adequada: “convoca-se a mãe das crianças de 1.º ano” / “convocam-se as mães das crianças de 1.º ano” / “convoca-se a mãe de cada criança de 1.º ano”. O plural a neutralizar o género é um recurso linguístico simplificador e redutor. Por exemplo, dizer “os falantes” para homens e mulheres é um plural e é inclusivo, mesmo se no masculino, embora admita feminino: “as falantes”. Fará sentido duplicar o artigo “os e as falantes”? Linguisticamente, a investigação vai-o revelando, quando se alonga a expressão, logo de seguida, os fenómenos fonéticos de redução levam ao encurtamento. Considera-se que a tendência defensora do alongamento, a nível de expressão, com o feminino e o masculino, não parece ter grande futuro.

A linguagem verbal tem sexo? É machista? É feminista? Considera-se que não. As sociedades e as culturas é que o são. Há opressão e exclusão social, podendo ambas manifestar-se linguisticamente, mas o contrário também é verdade. Defende-se que a linguagem é, por natureza inclusiva, nem machista, nem feminista, porque é assexuada. Para isso, é preciso conhecê-la. Quem não quiser dizer “Obrigado!” ou “Obrigada!” pode dizer “Agradeço!”. Desconhecer os seus recursos é que pode levar a não incluir alguém: é, por conseguinte, comportamental e depende das opções de quem domina e de quem fala a língua. Por exemplo, politicamente, ao trocar um “bilhete de identidade” por um “cartão do cidadão”, as entidades governativas (que estranhamente defendem a linguagem inclusiva) reduzem qualquer “cidadã” a “cidadão”. O masculino singular é machista quando se reporta a uma mulher. Nas questões de Política Linguística, é o que se deve combater. De modo que um “cartão de cidadã ou cidadão” poderia ser um “cartão de cidadania”, servindo para qualquer pessoa. O mesmo se regista nas categorias universitárias, em que as mulheres recebem os graus no masculino “Professor Associado”. Aliás, nas universidades, quando as mulheres assumem cargos, nem sempre é evidente alterar, por exemplo, endereços de “e-mail” oficiais para funções, registando-se, por exemplo, coordenador@mail.pt, quando o cargo é exercido por uma mulher. Esta diferença deveria passar

para o registo linguístico porque refere diferenças sexuais ou de identidade – de género – extralinguísticas. No entanto, no mundo laboral, não parece ter grandes reflexos. Na identificação de documentação universitária, se se escreve “o aluno”, não é o mesmo que “a aluna”. O singular masculino é, em si problemático, se referencialmente se reporta a uma estudante. São casos como este que suscitam debate, já que os plurais masculinos, considera-se, não serão tão problemáticos (“os alunos”). Aliás, a moda de “Portuguesas e Portugueses” tende a desvanecer-se porque “Portugueses” é o conjunto.

Em síntese, do que ficou dito, observa-se que existem, por conseguinte, no mundo ocidental, duas perspectivas distintas, duas tendências sociais e culturais divergentes. Uma é favorável à igualdade – feminino relativamente ao masculino como “poeta – poetisa” ou outras marcas como em “Madame le Professeur” (fr.). A outra apaga o binário e é pela neutralização do masculino e do feminino com, por exemplo, @ arroba (car@ amig@s). Por qual delas a língua deve optar para incluir quem quer uma e quem pretende a outra? Como fazer? A estratégia seria deixar a estrutura da língua portuguesa como está e formar-educar para que, na comunidade, se adquiram mais conhecimentos linguísticos em defesa de qualquer pessoa e pelos respetos humanos. Outra estratégia é alterar a estrutura da língua portuguesa e anular as diferenças de género gramatical, apagando-as (neutralizando-as). A opção pelo fenómeno @ que, entre o feminino e o masculino, prefere o neutro, nem masculino, nem feminino, ou seja, o não binário, está a ganhar algum alcance como uma possibilidade. Tem, contudo, oposição, a começar pela transposição para o registo oral. Como se deve ler “car@ amig@” - “cararroba amigarroba”? Embora usado na escrita, enquanto elemento linguístico, tem de passar para a oralidade. Aliás, uma língua antes de ser escrita é falada.

De qualquer modo, na gramática, o género gramatical, é arbitrariamente feminino ou masculino, dependendo, inclusive, das línguas (ex. em português, “o sol” é masculino e “a lua” é feminino e, por exemplo, no alemão, é o inverso). Acabar com essa diferença é empobrecer a língua. É sabido que o masculino e o feminino nem sempre indicam sexo/ género extralinguísticos. Assim, o masculino e o feminino vão sendo usados em diversos elementos: *o muro, o copo, o gargalo, o indivíduo, o membro*⁷, *a parede, a pasta, a cadeira, a pessoa*. O sufixo

7 Num caso real, informaticamente, engenheiros prepararam texto para, automaticamente, servir de apoio para membros de uma comissão numa mensagem por “e-mail”. Consideraram “membro” com a possibilidade de variar em género com a indicação “cara membro da Comissão”. Não pensaram que o género de “membro” é masculino como o de “pessoa” é feminino.

“-ão” pode ser tanto masculino como feminino (o avião – a aluvião), a marca “-e”⁸ pode corresponder a masculino ou feminino: *a / o componente, o/ a estudante, o/a cliente, o dente, o pente, a mente, a lente*. As diferenças de género gramatical evidenciam a nível linguístico várias distinções como *o mato, a mata*. Observe-se como expressam a dimensão (grande/ pequeno) ou o todo e a parte. Veja-se, por exemplo, o valor do feminino em “-a” (= GRANDE, CONJUNTO) e o do masculino em “-o” (= PEQUENO, INDIVIDUAL): *a banca / o banco, a polícia / a mulher polícia / o polícia, a ribeira / o ribeiro, a ria/ o rio, a saca/ o saco, a casaca/ o casaco*. Na variedade regional madeirense, com a diferença de género, opera-se a distinção entre interior / exterior, em, por exemplo, *a corredora* (corredor interior, nas casas)/ *o corredor* (no exterior, uma latada junto à casa). Além disso, há elementos linguísticos que nada têm em comum e as terminações não apontam para qualquer distinção, a não ser terem origens diferentes: *a casa, o caso; a novela, o novelo*.

Pelos exemplos explorados, e muitos mais haveria, no sentido de analisar a mudança linguística e de mentalidades em curso, confirma-se que as diferenças de género gramatical funcionam linguisticamente com outros propósitos que não os do sexo. Apontam para oposições que importa considerar. Todas as palavras da língua portuguesa (e das restantes línguas românicas) têm género e a maioria não tem nada a ver com sexo. Operando a associação, serão questões da ligação linguagem-sexualidade que estarão em causa. Na sequência de trabalhos anteriores ligados à Linguagem da Sexualidade, a reflexão sobre a linguagem inclusiva (com feminino), a partir de informações veiculadas na Internet, através dos motores de busca disponíveis, confrontam-se com os dados das posições veiculadas no *Manual* do CSE e nas recomendações do *Guidelines* da UNESCO. Ambas as referências querem a igualdade, mas até que ponto existe na realidade? Com a finalidade de tirar algumas ilações, que talvez possam auxiliar na revisão do sistema, da estrutura da língua portuguesa, uma vez que estão a acontecer na Sociedade e na Cultura contemporâneas, observem-se alguns casos, incluindo anúncios com ofertas de trabalho, publicados na imprensa.

8 Há quem passe para o feminino formas que, habitualmente, são uniformes: *o/ a mestre* (a mestra), *a/o presidente* (a presidenta), *a/o parente* (a parenta), com, no total, duas formas para o feminino. Popularmente, há inclusive quem aplique esta variação a “bastante”, usando “bastanta” como em “bastanta comida”.

3. Observação de alguns casos

Será a linguagem inclusiva o melhor caminho para a igualdade? A questão vai sendo colocada e é difícil apresentar uma resposta categórica e definitiva. Fica a dúvida e resta saber o que se entende por “linguagem inclusiva”. Se a definição é “a linguagem que não exclui”, a resposta é afirmativa: uma linguagem que não exclui ninguém, sobretudo mulheres, é o melhor caminho para chegar à igualdade. Não será a linguagem já assim? Não dependerá a exclusão linguística dos usos que as pessoas fazem das línguas que falam? Andar a pensar nestes assuntos e recolher dados faz com que se considere que as línguas vivas permitem uma linguagem inclusiva porque são maleáveis. Se é certo que as línguas servem para oprimir, realce-se que também servem para libertar, depende do conhecimento que delas se tem e do uso que delas se faz ou se pretende fazer. A solução parece estar na necessidade do aprofundamento e do estudo linguístico. O domínio linguístico é essencial e implica intensificar o conhecimento da língua, em especial a materna, mas também as estrangeiras, e prestar atenção ao(s) uso(s) que dela se faz(em).

Exemplos de documentos reais publicados especialmente na imprensa (cf. abaixo figuras) revelam o caminho que é ainda necessário fazer para a inclusão das mulheres e dos homens em determinados mundos laborais. As vivências sociais e culturais são fundamentais e os usos linguísticos advêm das aprendizagens. Como se verificou, o masculino singular não é manifestação da linguagem inclusiva ou da linguagem neutra (as duas não são o mesmo, como se comprovou). Quando, numa cidade, à entrada ou saída, se escreve na paisagem o elemento linguístico BEM-VINDO (cf. Figura 1), esse uso é não inclusivo e não neutro porque se destina única e exclusivamente a um destinatário masculino. A mensagem exclui o feminino (BEM-VINDA). Seria mais inclusivo o plural (BEM-VINDOS). Para quem quiser neutralizar, eliminando completamente o ponto de vista referencial, poderiam dar-se as BOAS-VINDAS. Exemplos algo machistas como este – que é recorrente na sociedade – há muitos. Apenas depende de quem decide a nível político e publicitário.

Na imprensa, no caso da língua portuguesa (poderiam analisar-se outras línguas, em particular as românicas), parte dos anúncios de qualquer jornal, a opção tem sido a do uso da chamada “linguagem inclusiva” (e não a da linguagem neutra). Uma leitura atenta de usos correntes revela que a discriminação, mesmo na dita linguagem inclusiva não desaparece. Veja-se, por exemplo, a sequência de figuras abaixo em que o masculino surge sempre em primeiro lugar, correspondendo logo à partida à vontade de quem emprega de contratar homens e

não mulheres. A sequência com masculino em primeira posição: “Empregado/a”, “Empregados/as”, “Ajudante de cozinha (M/F)” são esclarecedoras. A contradição da figura 5 confirma a intenção expressa já no anúncio (AJUDANTE DENTÁRIA) de contratar para a função uma mulher, embora tenha M/F, ou seja, o masculino primeiro. A figura 6 (cf. a figura 5), por contraponto às anteriores, ao indicar o feminino antes do masculino (“FARMACÊUTICA/ O”), revela que, para ocupar o lugar, é pretendida uma mulher. A questão da posição do género nos anúncios de emprego não é, por conseguinte, inocente, já que os potenciais empregadores, dentro do quadro da lei⁹, incluem os dois géneros/ sexos. No entanto, colocam em evidência aquele que pretendem. Assim, verifica-se que continua a haver um conjunto de profissões mais reservadas aos homens e outro às mulheres, mesmo se, social e culturalmente, no mundo ocidental, já se progrediu bastante. Noutras partes do mundo, houve regressões totais, prejudiciais às mulheres, proibidas, pelos homens, de tudo, inclusive do direito à palavra.



Figura 1. “PORTO MONIZ/ BEM-VINDO” – uso inapropriado do masculino singular porque a mensagem se destina a várias pessoas.

9 Encontra-se legislação específica sobre a formulação dos anúncios de emprego. Veja-se, por exemplo: Artigo 7 do Decreto-Lei n.º 392/79 (cf. https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_392_79.htm). A CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) aborda a questão linguística do género nos anúncios de emprego (cf. <https://cite.gov.pt/documents/14333/17872/10-91n.pdf/2339c5f2-fbd6-48a0-a937-e733c9a97d6d>).

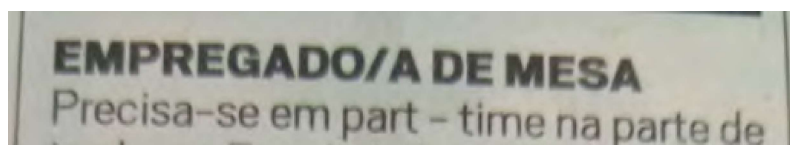


Figura 2. “EMPREGADO/A”: masculino singular em primeira posição.



Figura 3. “EMPREGADOS/ AS”: masculino plural em primeira posição.

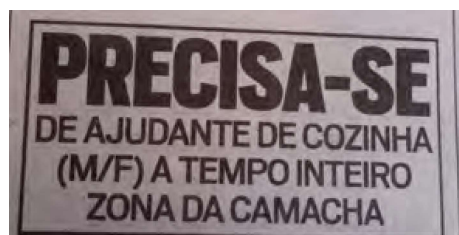


Figura 4. “AJUDANTE DE COZINHA” (M/F): masculino em primeira posição.



Figura 5. “(M/F) ASSISTENTE DENTÁRIA”: masculino em primeira posição, mas o feminino “dentária” revela o sexo para a pessoa “assistente” – uma mulher.

Na figura 5, sublinha-se o feminino de “dentária” associado ao nome uniforme terminado em “-e” que é “assistente”. O grupo profissional de médicos dentistas tem assistentes e curiosamente, a coadjuvar, na grande maioria dos casos, são mulheres. Socialmente, essas funções estão limitadas às mulheres. Linguisticamente, a visão social e cultural desta tarefa manifesta-se, depois, nesta oferta de emprego. O anúncio seguinte atesta uma situação idêntica com o mundo profissional do ambiente farmacêutico. Encontram-se muitas mulheres nas farmácias portuguesas, havendo, aqui, porém, alguma mudança em curso, embora, o feminino seja mais frequente e isso é evidente pelo pedido na figura 6.



Figura 6. “Farmacêutica/o”, feminino em primeira posição porque é pretendida uma mulher.

Certas ofertas de emprego não deixam dúvidas, quanto ao sexo/ género da pessoa que pretendem contratar. Na figura 7, embora ocorram as duas maiúsculas M- masculino / F- feminino, não há qualquer engano, a indicação é para contratar homens porque o masculino surge em todas as contratações pretendidas: “Director de obra”, “encarregado de Construção civil”, “preparador de obra”, “pedreiro 1.^a” e “carpinteiro 1.^a”. Nenhuma apresenta o correspondente feminino. A construção civil, embora tenha muitas engenheiras formadas, continua a ser um mundo de homens. Trata-se, claramente, de uma discriminação, mas, simultaneamente, o anúncio é revelador da fase em que se vive, quanto à inclusão de

mulheres nas mais diversas profissões. Comprova-se que, no tríptico LÍNGUA-SOCIEDADE-CULTURA, a língua é reflexo das vivências sociais e culturais. Os anúncios poderiam ter outras formulações. Contudo, são reflexo do que é pretendido pelas estruturas sociais e culturais. O *Guidelines* e o *Manual* podem propor alterações linguísticas, mas elas não alteram as mentalidades. Não é por ter “M/F” logo de início que um anúncio se torna inclusivo ou permite a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

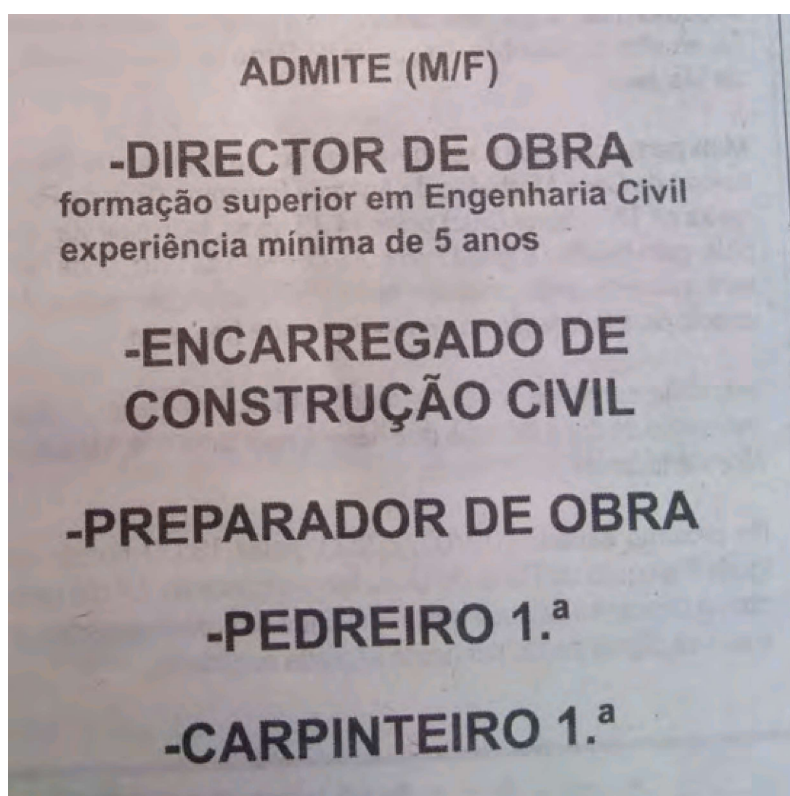


Figura 7. “(M/F)” é negado pelo masculino singular dos cargos identificados

Estes exemplos revelam que se discrimina (masculino), não discriminando (M/F). O binário é negado pelo masculino dos cargos. Social e culturalmente, poderá não haver “mulher pedreiro” (“a pedreira”, linguisticamente, não funciona como feminino de “o pedreiro”) ou “carpinteiras”, mas haverá “directoras de obra” e “encarregadas de construção civil”. A opção será a de querer contratar apenas homens.

Uma empresa publicita ofertas de emprego em função de quem pretende contratar. A comparação de dois anúncios de uma mesma firma (cf. Figuras 8 e 9) evidencia-o, ao colocar o género dos nomes, a remeter, nos anúncios, ora

para o masculino, ora para o feminino. Comprova-se que a profissão de secretariado ainda é tendencialmente feminina (cf. Figura 9). Na figura 8, o masculino “angariador” vem por extenso e o “a” do feminino é um pormenor. Na figura 9, os femininos “secretária” e “recepcionista” estão ambos escritos integralmente, para que não restem dúvidas quanto às tarefas a desenvolver e às funções exigidas às mulheres. Além da gralha de “requisitos”, linguisticamente, não se pode ignorar o masculino “utilizador” (na expressão de conhecimentos de informática enquanto “utilizador”). Seria possível substituir este masculino correntemente em uso e bastaria uma construção como “conhecimentos práticos de informática”. As línguas têm recursos para expressar a igualdade de direitos. Em grande parte, os usos condicionam, mas podem ser alterados pelos próprios falantes; resta saber se a nível social e cultural as comunidades estão dispostas a isso. A legislação e os documentos podem multiplicar-se; as mentalidades apenas mudarão se se ensinar a conhecer mais em pormenor a língua em uso.



Figura 8. M/F – sobretudo para homem

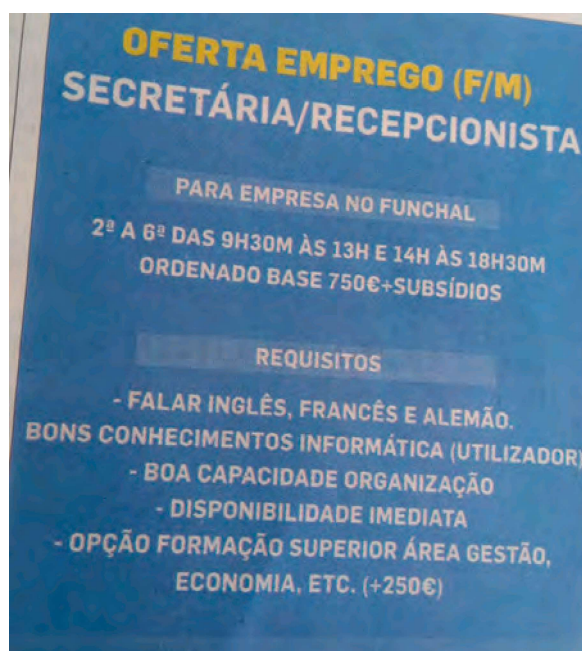


Figura 9. F/M – para mulher

No mundo laboral ocidental, não são apenas as questões de linguagem inclusiva que estão em causa, há também as da linguagem neutra que vão sendo colocadas. Como ficou explícito, não são o mesmo. Favorável à neutralização, eliminando o masculino e o feminino, recentemente, surgiu a notícia de que a companhia aérea Lufthansa, pela defesa de igualdade de direitos, elimina “senhoras

e senhores” de saudações (“without men and women neutral language equality of wrights”) para a “IGUALDADE DE DIREITOS, ALEMANHA” (cf. Ashutosh Pandey, 13/07/2021 13 de julho de 2021), assim “Companhia aérea alemã decide adotar linguagem mais neutra em termos de gênero e instrui funcionários com lista de alternativas para garantir que nenhum passageiro se sinta excluído.” Este caso é completamente distinto do abordado com os anúncios para ofertas de emprego. Atesta-se que não é unicamente o português que está a ser posto em causa, mas todas as línguas, em especial no que se refere à Gramática ou, mais precisamente, ao gênero gramatical. Onde levará o apagamento do masculino e do feminino nas formas de tratamento ou nas saudações?

A linguagem inclusiva e a linguagem neutra não são o mesmo. O *Guidelines* e o *Manual* consideraram não haver igualdade nas referências a mulheres e homens. São apresentados exemplos linguísticos para ultrapassar a considerada assimetria, através da análise de alguns casos. No sentido de os documentos institucionais promoverem uma “igual visibilidade e simetria de mulheres e homens” e “alternativas ao uso universal masculino”, defendem, em parte, o sistema binário – feminino/ masculino – e, inesperadamente, isso tem levado a propostas para a sua anulação, optando pela neutralização.

Considerações finais

O Conselho Económico e Social (CES) de Portugal aprovou em plenário em meados de 2021 um manual para a *Linguagem Inclusiva na Administração Pública*, no sentido de os documentos institucionais promoverem uma “igual visibilidade e simetria de mulheres e homens” e “alternativas ao uso universal masculino”. Isso significa que o CSE considerou não haver igualdade nas referências a mulheres e homens. No *Manual*, são apresentados exemplos linguísticos para ultrapassar a considerada assimetria. Já em 1999, praticamente 22 anos antes, a UNESCO concebia um guia orientador, ao incorporar a linguagem neutra em função do sexo, evidenciando uma interdependência entre gênero gramatical e sexo.

Outros organismos se têm manifestado a propósito de questões de Linguística e Gramática que, claramente, interessam à comunidade mundial, em que qualquer pessoa parece ter opinião e posição. Há uma mudança a acontecer e ela tem vindo a manifestar-se de tal modo que não é unicamente o português que está a ser posto em causa, mas todas as línguas, em especial no que se refere à Gramática ou, mais precisamente, ao gênero gramatical. Acontece, sobremaneira, nas línguas românicas, porque elas são basicamente binárias – feminino/

masculino – e isso tem levado a propostas para a sua anulação, defendendo uma neutralização. Vão surgindo propostas diversas para substituir as vogais finais que costumam, por exemplo, em português, identificar o feminino (-a) e o masculino (-o). Há quem opte por @, quem escolha uma estrela ou outro desenho/ ícone/ símbolo qualquer para não empregar as vogais tão características do género gramatical, a fim de não discriminar ninguém, a nível sexual. Se parece ter alguma aceitação na grafia, coloca problemas no registo oral porque o fenómeno @ não funciona para a neutralização. É, na origem, uma preposição e, oralmente, não é concretizável enquanto terminação (marca ou morfema de género), embora pareça funcionar na escrita. Haverá quem julgue tratar-se de uma sobreposição das letras “ã” e “ó”, mas, na realidade, é-o de “ã” e “d” (preposição “ad”). Indo ao encontro do pretendido com o fenómeno @ ou de outro semelhante, inclusive o que usa o “-e” final, colocam-se duas hipóteses: 1) apagar as vogais finais “-o / -a”, quando há referências extralinguísticas, e conservar as consoantes: alun / s alun; 2) juntar as duas vogais “caroas amigas”. Nenhuma delas parece ter adeptos, mas há mudanças linguísticas em curso.

O melhor caminho para a igualdade é estudar as línguas, sobretudo a língua materna, e conhecer bem os seus recursos, mudando, não a estrutura da língua, mas as atitudes e os comportamentos sociais e culturais que têm repercussões linguísticas. Na prática, o conceito de “linguagem inclusiva” não corresponde ao de “linguagem neutra”, como ficou demonstrado. A neutralização, através do recurso a termos gerais como o de “coordenação” em vez de “coordenador” ou “coordenadora”, apaga a referência e não identifica se quem exerce o cargo ou a função é ou não mulher, o que, à partida, se quereria destacar. Se se retirarem as terminações “-a/ -o”, há um empobrecimento linguístico, mas se for essa a vontade predominante, na comunidade de falantes, então, a língua pode ser reestruturada. Ela é maleável e está ao serviço dos falantes. É instrumental e uma ferramenta fundamental para a vida em sociedade. O que mudará com a “linguagem inclusiva” e a “linguagem neutra”? No presente, as gramáticas das línguas estão a ser colocadas em causa.

Referências

- Bi Dizionario Italiano Linguistico e Grammaticale Pittano* (1995). Gulliver Libri, 2º edizione maggio 1995, 1º edizione 1981, Edizione Calderini.
- CARVALHO, P. T. de (1999). O Sexo da Língua, *Público*, 1999/07/03; *Diário de Notícias*, 1999/05/04.

- Diccionario del Estudiante. Secundaria y Bachillerato* (2016). Real Academia Española.
- Dictionnaire du Français Contemporain - Spécial Enseignement* (s/d). Larousse.
- DUBOIS, J. et alii (org.) (1974). *Dictionnaire de Linguistique*. Larousse.
- GALLARDO Barbarroja, M. (1999). Cuestiones de Género: cambio social y uso lingüístico en España en el lenguaje publicitario. *International Journal of Iberian Studies*, 12(2), 78-92.
- LAUSBERG, H. (1963). *Linguística Românica*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAGALHÃES, I. A. de (1995). *O sexo dos textos*. Caminho.
- ROSSI, R. (1978). *Le parole delle donne*. Editori Riuniti.
- REBELO, H. 2000. O sexo da linguagem: Breve estudo baseado em *O Dragão de Fumo* de João Aguiar. In E. Almeida e M. Maillard (Org.), *O Feminino nas Línguas, Culturas e Literaturas* (pp. 359-373). Centro METAGRAM e Universidade da Madeira.
- YAGUELLO, M. (2000). Le féminin comme catégorie biologique, sociale et grammaticale: Étude comparée du Français et de l'Anglais. In E. Almeida e M. Maillard (Org.), *O Feminino nas Línguas, Culturas e Literaturas* (pp. 443-450). Centro METAGRAM e Universidade da Madeira.

Webgrafia

- ASHUTOSH, Pandey (2021). "IGUALDADE DE DIREITOS ALEMANHA Lufthansa elimina "senhoras e senhores" de saudações <https://www.dw.com/pt-br/lufthansa-elimina-senhoras-e-senhores-de-sauda%C3%A7%C3%B5es/a-58255998>, consultado em 13-07-2021.
- CITE (1991) PARECER N.º 10/CITE/91, Assunto: Anúncios de Emprego e outras formas de publicidade - Discriminação em função do sexo <https://cite.gov.pt/documents/14333/17872/10-91n.pdf/2339c5f2-fbd6-48a0-a937-e733c9a97d6d>, consultado em 31-03-2023.
- DECRETO-LEI n.º 392/79 (1979) <https://dre.tretas.org/dre/30776/decreto-lei-392-79-de-20-de-setembro>, consultado em 31-03-2023.
- PAVLIC, Breda (1999). *Guidelines on gender-neutral language* UNESCO https://unesdoc.unesco.org/in/rest/Thumb/image?id=p%3A%3Ausmarcdef_0000377299&author=Pavlic%2C+Breda&title=Guidelines+on+gender-neutral+language&year=1999&TypeOfDocument=UnescoPhysicalDocument&mat=PGD&ct=true&size=512&isPhysical=1&siteId=mainSite, consultado em 13-07-2021.